

Os responsáveis pelo 8 de janeiro

Um ano depois, pouco se avançou na punição de golpistas graúdos

Camila Rocha

Coluna em ciência política pela USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Passado um ano do fatídico 8 de janeiro, pouco se avançou na punição de golpistas graúdos. Nenhum político, militar, grande empresário ou proprietário foi responsabilizado, ainda, com rigor similar ao da punição daqueles que não ostentam altos cargos, patentes ou grandes posses.

Entre estes figuram pessoas como Matheus Lima de Carvalho Lázaro, um entregador de Apucarana (PR) que portava um canivete, e Raquel de

Souza Lopes, uma cozinheira de Joinville. Ambos foram acusados de cometer crimes graves, incluindo golpe de Estado. O paranaense deve passar os próximos 17 anos em regime fechado, pena similar à da catarinense, 16 anos e meio de prisão.

Entre estes figuram pessoas como Matheus Lima de Carvalho Lázaro, um entregador de Apucarana (PR) que portava um canivete, e Raquel de

neiro de 2023. De acordo com os pesquisadores responsáveis pelo estudo, Rosana Pinheiro Machado, Debora Diniz, Athas Cavallini, Fabio Malini e Wagner Silva Alves, parte expressiva do ecossistema comunicacional que demandava "intervenção militar" na rede social era formada por profissionais como manicures, cabeleireiros, vendedores e eletricitistas, que, por motivações ideológicas, preferem se autodenominar empreendedores ou

empresários em vez de trabalhadores autônomos. Perfis identificados como policiais, militares, ou ex-agentes, contudo, não teriam apreço de forma significativa no mapeamento por rejeição de exposição e punição. O que faz sentido considerando que, como afirmou o secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelletti, durante os atos golpistas houve enfrentamento com homens com tática de

combate e equipamentos, mas que, ao contrário de milhares de civis presos preventivamente, sequer foram identificados. Até o momento, apenas cinco oficiais da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal haviam sido presos preventivamente pela Polícia Federal (PF) acusados de omissão durante os atos de dia 8. No entanto, não houve mais notícias sobre o assunto desde então. O Exército, por sua vez, informou em uma nota dirigida à imprensa, no último dia 4, que dois militares foram punidos disciplinarmente por "transgressões disciplinares", as quais não foram especificadas no comunicado.

No que diz respeito aos financiadores dos atos golpistas, em setembro foram cumpridos 53 mandados de busca e apreensão pela PF. O alvo principal foram pessoas que financiaram

ônibus que transportaram os golpistas até Brasília. Porém, até agora, apenas um empresário, acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de fretar quatro ônibus, foi formalmente denunciado.

O intuito da operação da PF, denominada "Lesão Pátria", é mais amplo: investigar financiadores, executores, autoridades omissas e autores intelectuais dos ataques golpistas praticados por bolsonaristas. Sendo que entre possíveis autores intelectuais estão políticos como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Resta saber agora se haverá força e vontade políticas suficientes para punir os maiores responsáveis pelo que ocorreu no dia 8 de janeiro, ou se, como de costume, quem irá pagar o pato serão apenas aqueles que possuem menos dinheiro e poder.

JOÃO ELIO GASPARI, CÉLIO ROCHA DE BARROS | ILLUSTRATION: DEBORAH BIZARRI, CAMILA ROCHA | TEXTO: JOEL PINHEIRO DA FONSECA | QUADRINHOS: ELIO GASPARI | QUADRINHOS: CONRADO H. MENDES | SESSÃO: MARCOS AUGUSTO GONÇALVES | SÁDIA: DEMÉTRIO MAGNOLI

Militares seguem livres de responsabilização um ano após ataques de 8/1

Continuação da pág. A4

Investigadores decidiram não realizar busca e apreensão contra um general do Alto Comando do Exército, mesmo diante de suspeitas sobre a participação do militar em planos golpistas, segundo relatos feitos à Folha.

A operação era considerada certa na PF, com previsão de data para acontecer, mas o planejamento acabou cancelado e as buscas, suspensas. Uma articulação considerada essencial pelo Exército para garantir estabilidade institucional para a corporação foi a de Tomás e de Múcio junto a Moraes. O magistrado foi um dos destinatários das reclamações da caserna das operações da PF contra militares nas duas festas.

A proximidade entre os dois vendos tempos em que Moraes foi ministro da Justiça do governo Temer e precisou lidar de perto com o Exército na segurança e inteligência das Olimpíadas do Rio, Tomás era chefe de gabinete do então comandante do Exército, Eduardo Villas Boas. "Tinha um relacionamento, não há algum tempo já com as Forças Armadas, um relacionamento respeitoso. Acertado na seriedade das Forças Armadas, que, enquanto instituição, não falharam na República", diz Moraes.

O ministro rejeita as críticas de que tal proximidade o teria influenciado a não punição de militares de eventos punidos pelo 8 de janeiro. De forma alguma, também tenho uma ótima relação com a Polícia Federal, não tenho uma relação, talvez até mais próxima, com a Polícia Militar, e isso não me impede, nem impedia as investigações em relação à Polícia Militar. Como uma boa relação institucional não está impedindo e não impedirá uma investigação séria e correta em relação às Forças Armadas."

Até porque, assim como a Polícia Militar e a Polícia Federal, as Forças Armadas também têm interesse em tirar dos seus quadros aqueles que não defendem a democracia, aqueles que são golpistas", completou Moraes. Se na Justiça comum, foi o designado pelo STF para eventuais processos de militares envolvidos no 8 de janeiro, nenhum fardado foi responsabilizado, na Justiça Militar um oficial foi condenado e a uma pena branda. O coronel da reserva Adriano Camargo Testoni foi sentenciado a um mês e 18 dias de detenção por publicar vídeo em defesa de uma de suas supostas hierarquias.

Outros dois casos foram enviados pelo STM (Superior Tribunal Militar) ao Supremo. Um deles investiga o coronel da reserva José Fláclio

Matias dos Santos, que publicou nas redes sociais que Brasília estava "agitada com a ação dos patriotas" e que seria uma "excelente oportunidade para as Forças Armadas" entrarem em jogo, desta vez do lado certo. Da mesma forma, ficou sob responsabilidade do Supremo uma investigação sobre um tenente-coronel que chefiava o Batalhão da Guarda Presidencial e se tornou suspeito de facilitar a prisão de golpistas dentro do Palácio do Planalto.

Moraes e Gilmar reforçam suspeitas sobre fardados

BRASÍLIA. Relator no STF (Supremo Tribunal Federal) dos inquéritos sobre o 8 de janeiro, Alexandre de Moraes afirmou ter indícios de que os ataques podem ter sido coordenados, com orientação de militares treinados por Forças Especiais, unidades de elite. Tanto do Exército quanto de polícias militares. "Sabíamos que havia gente treinada para isso, tanto que a Polícia Federal continua investigando em torno de 200 pessoas de preto, procedimento de Forças Especiais mesmo, pessoas treinadas", disse o ministro à Folha.

O ministro Gilmar Mendes, com Moraes o mais influente do Supremo, mencionou outra eventual participação de autoridades militares no incentivo aos ataques, como o general Bragão Netto —que, na condição de ministro da Defesa de Jair Bolsonaro (PL), disse a manifestantes para terem fé quando a eleição já havia sido definida.

Os dois concordam que houve conivência e incentivo de integrantes das Forças Armadas em relação aos acampamentos golpistas. "Diz-se que a desmobilização dos acampamentos não foi feita de imediato porque havia ali muitos militares. A prisão no dia 8 também não ocorreu para não surpreender militares —o que se diz. Então são fatos que certamente vão surgir de maneira mais clara nas investigações", afirmou Gilmar.

Ambos consideram que foi acertada a decisão de Lula de não decretar uma operação de GLO (Garantia da Lei e da Ordem), optando pela intervenção na segurança pública do Distrito Federal —reflexo de um recuo de dar o controle do caso aos militares. Moraes exaltam as Forças Armadas por não aderirem à tentativa de golpe. **Fábio Victor**



Apoiadores de Bolsonaro acampam em frente ao quartel-general do Exército, em Brasília. Pedro Ladeira - 17 de dez. 2023/Folhapress

Exército registrou em diário do QG provocação de bolsonaristas

Documentos mostram crescimento de acampamento e 'desordem' antes do 8/1

Matheus Vargas

BRASÍLIA. Em uma espécie de diário do quartel-general do Exército, em Brasília, militares registraram o crescimento do protesto bolsonarista após as eleições de 2022, brigas e a presença de canivete e arma de choque nas mãos dos golpistas.

Dois meses antes dos ataques golpistas de 8 de janeiro, os documentos já apontavam que carros, barracas e comércio causavam "desordem" em frente à sede do comando da força terrestre. Os papéis também registraram problemas menores, como vaso sanitário usado por militares entupido e falta de porta nos boxes de banheiros.

Os registros do DIA (Documento Interno do Exército) sobre ocorrências no QG foram obtidos pela Folha em acesso baseado na Lei de Acesso à Informação.

Em decorrência da manifestação na Praça dos Cristais (em frente ao quartel), foram observadas diversas barracas, tendas, banheiros químicos e demais estruturas de apoio por toda a área adjacente. Observou-se, ainda, comércio de gêneros alimentícios e vestuários no local. Por fim, existiam diversos veículos estacionados por toda a área verde da região, gerando "desordem", afirma o documento sobre a passagem do dia 7 para 8 de novembro.

Os relatos ainda apontam

ram o avanço da violência entre os acampados. Durante a madrugada de 31 de dezembro de 2022, militares precisaram pedir reforço para conter manifestantes que tentaram parar um carro e faziam "provocações".

A equipe chegou tarde ao local, quando os bolsonaristas já haviam voltado ao acampamento, segundo as anotações feitas pelos militares.

Já na madrugada de 1 de janeiro, horas após os ataques golpistas, 13 pessoas entraram no parque desportivo do Comando Militar do Planalto. Eles foram rendidos por um soldado e revistados por um pelotão de reforço, que encontrou "arma elétrica de baixa potência" e um canivete.

O documento registra que "todos os civis foram identificados, fotografados, filmados e depois liberados", sem detalhar se os invasores integravam ou não o acampamento golpista.

Em nota, o Exército disse que a área invadida é "erma e afastada" da sede da Força, ainda que esteja cerca de 1 km distante de uma das entradas do QG. A força terrestre ainda afirma que o acesso ao local se deu por "desorientação dos envolvidos, não tendo sido identificada a caracterização de dolo de invasão (ou permanência no local de forma irregular)".

A entrada dos civis na área de controle militar revelou

afirma que 2 dos 13 integrantes do grupo depois acabaram presos por participação nos atos golpistas.

O Exército ressaltou ainda que "agiu conforme as normas operacionais de controle de distúrbios civis" no dia 8 de janeiro para retomada do Palácio do Planalto. "Todos os fatos daquele dia foram apurados em processos administrativos, inclusive os narrados na demanda, e permanecerão acompanhados das diligências realizadas por determinação da Justiça e colaborando com as investigações em curso".

Por fim, cabe destacar que o Exército Brasileiro pautou suas ações pela legalidade e respeito às instituições da República e, particularmente, aos Órgãos de Segurança Pública", diz ainda a Força.

As ações dos militares no 8 de janeiro foram questionadas dentro do governo. Em 21 de janeiro, o presidente Lula (PT) mudou o comando do Exército em meio a crise de confiança aberta com os atos golpistas.

Uma das razões da desconfiança do governo sobre os militares foi a resistência para desmontar o acampamento bolsonarista. Na noite de 8 de janeiro, o Exército promoveu uma linha de tanques e militares para impedir a entrada de civis no quartel-general da Polícia Militar. "Tínham ordens para acabar com a concentração golpista em frente ao QG. A corporação ainda omite

de quem partiu a ordem para montar essa barreira. Após pedido da Folha via Lei de Acesso à Informação, a CGU (Controladoria-Geral da União) determinou que a Força deve mostrar esses dados, e solicitou acesso a documentos como o Livro de Partes do QG.

Trata-se de documento que, para a CGU, deveria registrar ocorrências na unidade militar, como a saída e entrada de tanques de combate. O Exército, porém, não liberou esses documentos.

A reportagem, então, pediu o Livro de Partes em novo processo baseado na LAI. O Exército, neste caso, liberou nove cópias do documento identificado como "DIEs do Serviço de Superior de Dia à Guarda Nacional de Brasília", elaborados entre 31 de outubro de 2022 e 9 de janeiro de 2023.

Parte dos papéis foi tarja-

da pelo Exército, mas o texto censurado ainda poderia ser facilmente copiado no arquivo fornecido pela Força.

No papel com ocorrências registradas na madrugada de 8 de janeiro, por exemplo, havia tarjas nas anotações sobre "instalações" militares, mas basta selecionar, copiar e colar este trecho do arquivo para verificar a seguinte anotação: "os boxes do banheiro masculino e do banheiro feminino estão sem portas". "O vaso sanitário do banheiro masculino está entupido" e "algumas identificações do quadro branco estão soltas".